

Credores pressionam governo a reativar a conversão da dívida

Coriolano Gatto

Os principais bancos estrangeiros credores do Brasil estão intensificando as pressões sobre o governo brasileiro para que retorne a conversão da dívida externa em investimentos de risco, um mecanismo suspenso oficialmente no início de 1989 por provocar inflação e que se constitui em um generoso subsídio ao sistema financeiro internacional. O sinal foi emitido em Brasília, na última terça-feira, quando ocorreu a reunião da comissão que examina a formação de um Banco de Comércio Exterior, sob controle privado, apelidado de *Eximbrás*. Os credores descartam inteiramente o ingresso de dinheiro novo.

A proposta do bancos internacionais, que foi mal recebida entre os técnicos do Banco Central, Banco do Brasil e BNDES, elege como prioridade para a constituição de fundos para o *Eximbrás* a conversão da dívida. A segunda alternativa formulada se refere ao *relending*, o reempréstimo de recursos da dívida externa já paga e que se encontra depositada no Banco Central. Da mesma forma que a conversão, o *relending* aumenta a expansão de moe-

da em circulação e foi igualmente suspenso em janeiro do ano passado.

Sem dinheiro — Na análise dos credores, estas seriam as principais fontes de recursos para o novo banco, juntamente com as tradicionais linhas de financiamento de agências multilaterais de desenvolvimento, como a IFC (Internacional Finance Corporation), subsidiária do Banco Mundial que empresta dólares ao setor privado, e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

“A hipótese de dinheiro novo, seja ingresso direto ou por adição de linhas de crédito comercial de prazo mais longo, não está contemplada neste primeiro momento como item de peso”, ressalva o documento, deixando claro desta forma que todo esforço feito pelo país neste ano, de ajuste interno da economia, provocando a queda da inflação e um aumento veloz do desemprego, combinado com a liberação das importações não implicará a entrada de dinheiro novo dos bancos estrangeiros.

Na proposta feita à comissão, da qual participam, além do governo, representantes da CNI (Confederação

Nacional da Indústria) e Febraban (Federação Brasileira das Associações de Bancos), o que chamou a atenção foi a intenção de facilitar ainda mais a conversão dos títulos da dívida externa depositados no Banco Central — os famosos DFAs. Para os credores, o ideal é que a conversão fosse feita até mesmo sem o deságio (ou desconto), que no início desta semana alcançou a marca recorde de 80% no mercado secundário de Nova Iorque. Quer dizer, para cada dólar, a dívida brasileira valia apenas 20 centavos.

Na verdade, os bancos sugerem que o correspondente ao deságio seja destinado à equalização das taxas de financiamento de importações e exportações, o que, segundo técnicos do governo, constitui-se em um novo subsídio ao comércio exterior. Mesmo com deságio, a conversão é um mecanismo vantajoso para os credores, que conseguem ver de volta um dinheiro que não tem data para ser pago, e, ao mesmo tempo, obriga o Banco Central a emitir cruzeiros como contrapartida dos dólares abatidos da dívida externa, provocando, com isso, uma pressão sobre a inflação.